



***ACADEMIA MARANHENSE DE CIÊNCIAS,
LETRAS E ARTES MILITARES - AMCLAM***
“Casa do Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão”

Fundada em 31/05/2018 - Personalidade Jurídica em 16/08/2018 - Estatuto publicado no
DOE nº 159 de 23/08/2018, Regimento Interno publicado no DOE nº 083 de 06/05/2019
CNPJ 31.865.234/0001-25

**ELOGIO AO PATRONO MANOEL GOMES DA SILVA BELFORT DA CADEIRA Nº
30 DA ACADEMIA MARANHENSE DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES MILITARES
(AMCLAM) E DISCURSO DE POSSE, EM 13/09/2019**

Senhoras e Senhores, boa noite!

Exmº. Sr. Presidente, Cel Carlos Augusto Furtado Moreira.
Ilustres membros da mesa de honra.
Agora meus pares deste Colendo Sodalício.
Confrades e Confreiras.
Digníssimas autoridades.

A Casa do Brigadeiro Feliciano Antonio Falcão – Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares (AMCLAM) fundada em 31 de maio de 2018, é o Sodalício de que fazem parte os cientistas sociais, literatos e artistas da gloriosa Polícia Militar do Maranhão e do Corpo de Bombeiros Militares do Maranhão, a qual congrega um seleto grupo de civis: 03 professores universitários, 01 desembargador federal, 01 juiz, 01 promotor de justiça, 01 procurador do Estado, 01 delegado de polícia, 01 advogado e 01 poeta, acrescido agora deste modesto advogado, os quais possuem estreita ligação com estas instituições.

Quis o maior dos Acadêmicos – o Supremo Criador do Universo, me honrar ao ter sido escolhido por unanimidade pelos diletos Confrades e Confreira da AMCLAM em Assembleia Geral no dia 06 de maio deste ano, para ocupar como Acadêmico Efetivo e Perpétuo, desta Augusta Academia, a cadeira nº 30, patroneada pelo Deputado Provincial MANOEL GOMES DA SILVA BELFORT.

Segundo o ilustre e brilhante Jornalista, Historiador, Escritor, Procurador do Estado e Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Milson de Sousa Coutinho, de quem tive a grata honra de ser colega de turma da Faculdade de Direito desta São Luís, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, em seu livro: Fidalgos e Barões – Uma História da Nobiliarquia Luso-Maranhense, traz-nos à baila, um pouco da história deste insigne maranhense que modestamente passo a ocupar a cadeira titulada com seu nome.

Nasceu Gomes Belfort, no engenho Kelru, vila do Rosário, herança de seus antepassados, em 19 de junho de 1788, filho do capitão Felipe Marques da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo, lavrador e senhor de escravos na região do Itapecuru, e de sua mulher, Inácia Maria Freire Belfort.

Neto paterno de Antonio Gomes de Sousa, patriarca da família Gomes de Sousa no Maranhão, e de sua mulher, Mariana das Neves Gomes de Sousa, bisneto de outro Felipe Marques da Silva, nascido e batizado na Freguesia de São Júlio, Bispado de Lisboa que chegou ao Maranhão em 1720, para exercer o cargo de almoxarife da fazenda real, e de sua mulher Rosa Maria do Espírito Santo, esta, natural do Maranhão. Terceiro neto paterno de João da Silva, de nacionalidade portuguesa, e de sua mulher, Mariana das Neves da Silva. Este, Felipe Marques da Silva, segundo Freire (1973, p. 213, 217, 232, 286) entrona sua ascendência aos Sousa do Prado de Portugal, das mais antigas família daquele Reino, que se ligara aos Gomes, de antiquíssima linhagem, com início pelo século XVI, onde se contam condes, viscondes, marqueses e até o bispo d. Gregório dos Anjos, primeiro governante do sólio maranhense. Era irmão do brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort.

Pelo lado materno, o referido Belfort, era neto do cirurgião-mor português Joaquim Serra Freire e de sua mulher Maria Madalena Belfort Freire, filha do primeiro casamento do mestre-de-campo Lourenço Belfort com Isabel de Andrade Belfort, filha de Guilherme Ewerton, norte americano, e de sua mulher Luísa Ewerton, Bisneto materno de João Nunes da Silva Freire, antigo capitão de navio mercante que navegava de Lisboa para as suas colônias de além-mar. Radicando-se na região do Munim, desta Província em 1698 (Catálogo, docs. 923 e 1779.

Ressalte-se, por oportuno, controvérsia quanto ao nascimento do ora Patrono, que o historiador Ribeiro Amaral (Apontamentos Históricos – 1923, p. 168). Equívoco este desfeito pelo próprio Manoel Gomes da Silva Belfort, àquelas alturas denominado Barão de Coroatá, que em Lisboa-Portugal, em 1805, na justificação junto daquela Corte (Catálogo, doc. 10.112), fez constar no seu batismo, o aqui fielmente transcrito: *O padre João José Barroso, sacerdote secular, escrivão da Câmara Eclesiástica deste Bispado do Maranhão. Em cumprimento do despacho supra, certifico que revendo um dos livros findos dos assentos dos batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória desta cidade de São Luís do Maranhão, nele à folha cento e quarenta e uma achei o assento do seguinte teor: Aos seis dias do mês de julho do ano de mil e setecentos e oitenta e nove anos, na fazenda da viúva dona Maria Madalena Belfort, na ribeiro do Itapicuru, deste bispado do Maranhão, com licença minha, batizou sub-conditione, e pôs os Santos Óleos o padre Manoel Alvares, sacerdote secular, morador na dita ribeira, a Manoel que havia sido batizado duvidosamente ao tempo de seu nascimento por Feliciano Antonio Marcelo Nunes, filho legítimo de Felipe Marques da Silva e de dona Inácia Maria Freire. Foram padrinhos o mesmo Feliciano Antonio Marcelo Nunes, casado, e dona Brígida Maria Freire, solteira, tia materna do mesmo menino, todos desta freguesia de N. S. da vitória da Igreja Catedral desta cidade do Maranhão. Para constar, fiz este assento, à vista da certidão do sobredito padre Manoel Alvares, que me foi apresentada e me assino. José João Beckman, Nada mais consistia o dito assento, que bem e fielmente aqui fiz copiar do próprio livro onde foi feito, a quem me reporto no lugar citado, onde fica averbada esta certidão, que vai na verdade e sem cousa de que dúvida faça, em fé do meu ofício. Maranhão, dezoito de abril de mil oitocentos e quatro. Eu o padre João José Barroso, Escrivão da Câmara Eclesiástica, o assinei. O padre João José Barroso.*

Neste contexto, salienta-se que o engenho Kelru pertencia à freguesia de N. S. do Rosário do Itapicuru Grande, hoje cidade de Rosário. A titulação de Barão de Coroatá ocorreu em função de que já adulto, comprou terras na área dos chamados Barbados, no distrito de Coroatá, onde se fez de engenhos.

Escudeiro e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real

Peticionando em Lisboa sobre seu reconhecimento no posto de Cadete (Catálogo, doc. 10.257), Gomes Belfort declarou ao Conselho Ultramarino que em virtude de sua viagem para Portugal, não teve tempo de fazer as chamadas *provanças* de sua nobreza e fidalguia. Relacionou sua ascendência, declarando que sempre foi tratado à lei da nobreza, que seus antepassados ocuparam cargos na chamada governança da capitania (vereadores, almotacés, juízes pela lei etc.) e que em face disso detinha o foro das chamadas *infanções*, conferidas aos maranhenses pela Coroa Lusitana, em face da luta heroica para a expulsão dos holandeses, em 1644. Pediu, assim, que fosse reconhecido como Cadete, já que chegara a Lisboa como Soldado da 7ª. Companhia do Regimento de Infantaria da linha do Maranhão.

Na justificação foi juntada uma carta régia do príncipe regente d. João, em que fora nomeado, em 20/10/1801, fidalgo escudeiro da Casa Real, com 450 réis de moradia, a que se acrescentava o foro de cavaleiro fidalgo da Casa Real, com 350 réis em moradia, e um alqueire de cevada por dia, paga segundo a Ordenação do reino, e é “foro e moradia, que pelo dito seu pai lhe pertence”. Essa mercê requerida ainda em São Luís, recebeu-a o fidalgo aos treze anos de idade, em 1801.

Foi atendido em sua súplica e declarado Cadete agregado ao comandante do Maranhão, Cel Anacleto Henriques Franco, já que estudava em Coimbra no curso de matemática.

A Permuta do Exército pela Marinha

Ribeiro do Amaral (1923, p. 168) afirma que Gomes Belfort, formou-se em matemática pela Universidade de Coimbra, merecendo pela distinção para ser nomeado para o Corpo Real da Marinha, entretanto, o seu nome não figura em nenhum dos compêndios dos maranhenses formados por Coimbra.

Por outro lado, conforme certidão passada em 05/05/1805 (Catálogo, doc. 10.218 e anexos, consta: (...) *chegou o suplicante a esta Corte de Lisboa, a tempo e em circunstâncias de não poder matricular-se na Universidade, no presente ano 1805 e desejando aproveitar o tempo, se recolheu ao Colégios do Estudos Reais da rua Formosa que tem espacial aprovação de V. Alteza, como certifica o Abade Reitor do dito colégio.*

Registre-se de passagem que desde 1803, Gomes Belfort havia requerido ao Reino licença para estudar em Lisboa, com a sua patente de soldado do 7º Regimento, tempo de serviço e soldos respectivos (Catálogo, doc. 10.830), sendo nessa oportunidade negada a licença, pois só se as concedia aos oficiais.

Mais tarde, conseguiu do governo de Lisboa a confirmação do seu afastamento do Regimento da Capitania, segundo um ato do governador e capitão-general do Maranhão (Catálogo, doc. 10.830). Verdade é que somente em agosto de 1805 Gomes Belfort estava com as licenças do regente para estudar em Coimbra, daí aventar-se a possibilidade de haver se matriculado no ano seguinte, no curso de matemática, isto é, em 1806. Foi então que requereu ao Conselho Ultramarino a sua transferência para o Corpo Real da Armada, por não haver na Marinha, o posto de cadete.

O retorno à Pátria

Este é outro ponto nebuloso sobre a vida do Barão de Coroatá. Se recebeu a graduação em, Coimbra, voltou ao Maranhão em 1810, visto que o curso era de 04 anos e, portanto, seria alcançado pela invasão napoleônica em 1808.

Se, não, teria por aqui desembarcado entre 1807 e 1809. Como homem feito foi morar na região do Itapicuru, para cuidar de sua herança paterna, por falecimento em 1803 de seu pai, Felipe Marques da Silva. Comprou terras, montou engenhos e ganhou dinheiro com as propriedades que adquiriu no Peritoró, distrito de Coroatá.

Casamentos

No ano de 1814, contraiu núpcias com Joana Ubalda Belfort, com quem teve os filhos: Maria Bárbara Belfort (nascida em 1815) que foi casada com um primo do pai, o Capitão Tiago José Salgado de Sá Moscoso. Rosa de Viterbo Gomes da Silva Belfort (nascida em São Luís, aos 09/06/1817) que foi casada com Viriato Bandeira, magistrado, deputado, desembargador e ministro do Supremo tribunal do império.

Falecendo sua primeira mulher no ano de 1825, contraiu segundas núpcias Com Luísa Cândida Pereira Belfort de Burgos, filha do Coronel José Félix Pereira de Burgos, barão de Itapecuru-Mirim e de D. Ana Teresa Belfort, com que não teve nenhum filho, a qual veio a falecer muito jovem em 02 de novembro de 1845.

Voltou a se casar com a irmã de sua segunda mulher, Maria Bendita Pereira Belfort de Burgos (falecida em 1866).

O Político

Em 1823, seu nome aparece ao lado de Bruce, Lourenço de Castro Belfort, João Bráulio Muniz e muitos outros, na reunião de um conselho militar para pôr a cidade de Alcântara em posição de combate, contra as tropas reacionárias. Vitoriosa a causa nacional, Gomes Belfort, assinou a ata da Câmara Geral de 28/07/1823, pela qual fica reconhecida a adesão do Maranhão à autoridade de d. Pedro I.

Assinou igualmente, a ata da Câmara Geral de 07/08/1823, momento em que os cidadãos do Maranhão juraram fidelidade ao Imperador do Brasil.

Conselheiro da Província

Escolhido com o quarto mais votado do Conselho Geral da Província (gênese das Assembleias Legislativas Provinciais) no segundo semestre do ano de 1829, juntamente com mais vinte conselheiros. Na ata geral de apuração (Coutinho, 1981, p. 17), seu nome vem antecedido de Capitão com 50 votos, entretanto, sem registros não teve atuação brilhante.

A Tesouraria da Fazenda – MARANHÃO, foi criada pela Lei de 4 de outubro de 1831 quando era Inspetor - Manoel Gomes da Silva Belfort - n. 21/11/1838

Deputado Provincial

A partir de 1835, o antigo Conselho Geral, foi substituído pela Assembleia Legislativa Provincial, criada pela Regência e Gomes Belfort, ligado a corrente conservadora, concorreu em outubro de 1834, sendo eleito em vigésimo lugar, entre os 28 que instalaram a Assembleia e a primeira legislatura (1835-1836). Apresentou projetos de boa repercussão política (Coutinho, 1981, p. 38), destacando-se o Projeto de Lei, subscrito e apresentado à Casa, juntamente com dois outros colegas Antonio José Quim e José Joaquim Rodrigues Lopes (Projeto de Lei que criou o Corpo de Polícia da Província do Maranhão “gênese da atual Polícia Militar do Maranhão)

Foi reeleito para a legislatura seguinte (1837-1838), sem destaque. Reeleito para a legislatura (1839-1840), sua atuação foi notável, pois no ano legislativo de 1840 propôs a formação de uma comissão de negociantes para emitir parecer sobre a criação de um Banco Maranhense, a qual, constituída pelos negociantes João Gualberto da Costa, José Rodrigues Roxo e Francisco Frutuoso Ferreira, em 1841 emitiu longo e circunstanciado parecer favorável (Jerônimo de Viveiros, 1992, vol. 1, p. 269), afirmando que: (...) *em 1841, o Presidente João Antônio de Miranda concretizou a ideia na lei nº. 116. Haveria por esta lei, na capital do Maranhão, sob a imediata proteção do Governo da Província e da Assembleia Legislativa Provincial, uma associação denominada – Banco Maranhense – pelo tempo, e com o privilégio de vinte anos.*

Embora devidamente aprovado por lei, a ideia fracassou, não se consolidando, onde somente em 1846 voltou a discussão e em breve nasceria o Banco do Maranhão.

Gomes Belfort, se afastou da política, para cuidar, acredita-se, de seus negócios e para fazer amigos na Corte do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Barão de Coroatá (Decreto de 02/12/1854).

Prestigiado na Corte, ostentando seu baronato, Gomes Belfort, ao retornar ao Maranhão, exerceu os cargos de tesoureiro e o de inspetor da fazenda pública provincial. Concorreu às eleições de 1854, sendo eleito com alta votação e escolhido pelos seus pares para a presidência da Assembleia para reger a casa no ano de 1855.

Ao tomar conhecimento, por volta de 1855, da nova povoação em seu território, o governo do Maranhão aprovou por meio de Assembleia, a Lei Provincial nº 398, de 27 de agosto de 1856, que criou a “Vila Nova da Imperatriz”, sancionada

pelo barão de Coroatá, Manuel Gomes da Silva Belfort, então presidente da Assembleia.

No ano de 1856 foi reconduzido à presidência, quando teve que enfrentar uma confusão regimental, que começou com uma questão de ordem levantada pelo deputado padre Pacova, sobre se seria ético os deputados, que eram sócios DA Companhia de Água Encanadas do Rio Anil, votar o projeto que tratava da distribuição de água. Generalizados os apartes e estabelecida a celeuma em plenário, o barão de Coroatá consultou a casa sobre o voto dos deputados acionistas. Nesse instante levanta-se o dep. Vale de Carvalho e declara que estes não representam os interesses da companhia, mas os da Província e que deveriam votar. Todos votaram.

Era Vice-Presidente da Província no cargo de titular quando ocupou a presidência da Província do Maranhão, pelo partido conservador no período de 24/02 a 25/04/1857, ainda no ano de 1857, o barão voltou a se reeleger deputado provincial.

Novamente assumiu a cadeira presidencial da Assembleia, no ano de 1858, sendo reconduzido em 1859. Este ano seria o seu último ano na Casa, porque renunciou ao mandato de deputado e presidente, por ter sido desautorizado por uma decisão plenária. Abandonou a Assembleia no dia 03/07/1859, para nunca mais ali voltar.

Recebeu, além das mercês da Casa Real portuguesa, nos seus tempos de estudante, os títulos de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial brasileira, comendador da Ordem da Rosa, da Ordem de Cristo e, finalmente, o título de barão de Coroatá. Faleceu no 20 de abril de 1860, em São Luís.

Referência:

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e Barões** – Uma História da Nobiliarquia Luso-Maranhense.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve História de Imperatriz**, de 2005, 101 pág.

http://www.wikiwand.com/pt/Manuel_Gomes_da_Silva_Belfort

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Maranh%C3%A3o

http://www.correiopopularitz.com.br/materia/9190/imperatriz_165_anos_de_historia#svZ330jd5f0tqVfk.99

<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letrat/tesourarias.htm>